

Academia Brasileira de Letras propõe ampliação da reforma ortográfica

As novas regras ortográficas da língua portuguesa ainda não entraram plenamente em vigor, mas a Academia Brasileira de Letras (ABL) já tem propostas de mudanças e ampliação no acordo.

Uma das alterações diz respeito à divisão de palavras compostas em duas linhas diferentes do texto, se ela tiver hífen. Pelo novo acordo, se o primeiro termo da palavra composta ficar em uma linha de texto diferente do segundo termo, o hífen precisa ser escrito no final da primeira linha e repetido no início da segunda linha.

No exemplo do “guarda-chuva”, se “guarda” ficar na primeira linha e “chuva” na linha seguinte, a pessoa deve escrever “guarda-” e depois “-chuva”. Segundo Evanildo Bechara, a Academia defende que não seja mais obrigatório repetir o hífen na segunda linha. Nesse caso, a palavra seria escrita “guarda-” e depois “chuva”.

“Isso é muito difícil de ser obedecido na prática. A imprensa encontra muita dificuldade para obedecer essa regra. Vamos propor que o hífen que partilha de uma linha para outra não seja repetido”, explica o gramático Evanildo Bechara, membro da ABL.

O novo acordo também prevê que o hífen seja suprimido em palavras compostas, cujo primeiro termo se encerre em vogal e o segundo, nas consoantes “r” ou “s”. As palavras são unidas e o “r” ou “s” é duplicado, como é o caso de “contrarregra”.

Mas a ABL propõe que a regra não se aplique a palavras cujo segundo termo seja um nome próprio, caso de “*anti-Stalin*” ou “*anti-Saddam*”. Para Bechara, o ideal é que o hífen seja mantido, para que a letra maiúscula do nome próprio seja conservada.

Outra proposta é incluir, no acordo ortográfico, a regra dos porquês. No Brasil, por exemplo, escreve-se “porque” (junto) quando é uma conjunção que dá ideia de causa ou explicação. Mas nas perguntas, por exemplo, se escreve “por que” (separado). De acordo com Bechara, isso não acontece em Portugal, já que lá o “porque” é escrito junto mesmo nas perguntas, salvo algumas exceções.

“Vamos discutir esse caso, para ver, porque o acordo não é apenas a unificação [da ortografia], mas também a simplificação. Esse “porque” é tratado pelos acordos ortográficos de 1943 [do Brasil] e de 1945 [de Portugal]. Mas a Academia ainda não tem uma posição [de como essa questão seria tratada]. Isso ainda está sendo discutido”, afirmou.

A ABL tem um serviço de consulta sobre ortografia, para tirar dúvidas sobre o acordo. O número de professores especialistas para atender ao serviço “ABL responde” vai passar de quatro para oito lexicólogos e revisores. Eles respondem em média 14 mil consultas anuais. Criado em 2007, o “ABL responde” já atendeu a cerca de 86.500 consultas.

Segundo Bechara, as principais consultas, de um modo geral, “são sobre ortografia, existência de certas palavras, problemas de concordância gramatical, emprego de hífen”.

O serviço não responde as dúvidas por telefone “porque seria um negócio de louco”, já que os acadêmicos são responsáveis por múltiplas atribuições na ABL. Ele falou que a prefeitura de Fortaleza (CE), tem um serviço de atendimento telefônico de dúvidas ortográficas há 30 anos e que funciona muito bem.

ACORDO

O acordo, assinado em 2008 por sete países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e que pretende simplificar as regras ortográficas e aumentar o prestígio social da língua no cenário internacional, tem vigência prevista a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Segundo o senador, a presidenta Dilma Rousseff disse que pretende emitir um decreto adiando a data.

Além do Brasil, o acordo já foi ratificado em Portugal (2008), Cabo Verde (2006), em São Tomé e Príncipe (2006), na Guiné-Bissau (2009) e no Timor Leste (2009). Falta a ratificação dos parlamentos de Moçambique (o Conselho de Ministros em junho deste ano aprovou a reforma ortográfica) e de Angola.

Em Portugal, o acordo está em vigor desde 13 de maio de 2009. A resolução de adotá-lo prevê um prazo transitório de até seis anos para implementação definitiva da nova grafia.

Apesar das críticas comuns em Portugal, o acordo ortográfico já é ensinado nas escolas portuguesas desde o ano letivo 2011/2012 e é progressivamente adotado nos manuais escolares e na avaliação externa, segundo o ministro da Educação e Ciência de Portugal, Nuno Crato.

“No futuro, já com duas gerações que estão sendo escolarizadas dessa maneira, o problema deixara de existir”, calcula Luís Reto, reitor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e coordenador do livro Potencial Econômico da Língua Portuguesa.

O livro, publicado em setembro em Portugal, aposta na afirmação do idioma como um ativo econômico. O idioma em comum favorece as trocas de produtos, o investimento direto estrangeiro entre os países e o turismo; assim como a migração da força de trabalho.

ÁFRICA

A condição de economia emergente do Brasil tem despertado o interesse pelo ensino do português na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Suíça e na China. Um dos atrativos do Brasil é a descoberta na última década de extensas reservas de gás e petróleo na camada pré-sal do Oceano Atlântico.

Mas o Brasil não é o único país de língua portuguesa com grandes reservas de combustíveis fósseis que podem interessar a todo o planeta. Moçambique e Angola também fizeram descobertas recentes e estão na lista dos dez maiores detentores de hidrocarburetos.

A ascendente importância econômica de Angola e Moçambique reforça o papel decisivo que os países africanos têm para a afirmação internacional do idioma. “O português tem como vantagem a dispersão

geográfica”, considera Luís Reto.

Fonte: Agência Brasil